



Desobedecer à Europa da Austeridade

EUROPEIAS 2014

Desobedecer à Europa da Austeridade

Introdução

A crise financeira de 2008 pôs a nu as fragilidades de uma União Europeia e uma zona Euro construídas para servir uma agenda liberal, com o apoio de um arco político alargado que vai dos conservadores à social-democracia. A resposta da UE, baseada na austeridade, lançou a Europa na recessão e a sua periferia na insolvência e numa catástrofe social sem precedentes.

Em Portugal, os PEC, numa primeira fase, e o memorando da Troika, depois, foram a concretização desta agenda e a oportunidade que a direita portuguesa aguardava para se atirar aos direitos do trabalho, ao Estado social e ao que restava de empresas públicas estratégicas. O que foi apresentado como um programa de ajustamento falhou, de acordo com todos os critérios de análise relevantes, incluindo os dos seus autores.

As instituições europeias, indiferentes ao colapso da sua própria estratégia e a qualquer legitimidade democrática, continuam a insistir na mesma receita, avançando para a implementação do Tratado Orçamental, que decreta a obrigatoriedade das políticas recessivas no espaço europeu, ou seja, inviabiliza qualquer hipótese de retoma.

Neste manifesto, a candidatura do Bloco de Esquerda apresenta uma proposta para uma refundação da União Europeia e das suas instituições. Uma proposta que se proponha fazer o resgate da democracia contra o federalismo burocrático. E assumo o compromisso de defender o país, rejeitando mais sacrifícios em nome do Euro.

Essa proposta implica uma solução urgente para a reestruturação das dívidas das economias periféricas, bem como as reformas do sistema financeiro, garantidas na sequência da crise financeira mas nunca concretizadas. Exige também um novo quadro para as políticas económicas europeias, que permita uma convergência real, aposte nos salários e na proteção do trabalho como factor de desenvolvimento e cumpra a promessa de um modelo social europeu.

Esta proposta pressupõe um confronto com a eurocracia. O primeiro passo desse confronto é a desobediência às imposições que estão a destruir o nosso país. Se a austeridade está na base da recessão, da escalada do desemprego e do desastre das contas públicas, então precisamos do contrário da austeridade.

Precisamos de uma política que coloque o trabalho e os seus direitos no centro de todas as prioridades, criando emprego, defendendo o Estado social e mobilizando através do controlo público sectores estratégicos da economia.

Temos plena consciência de que esta desobediência representa um enorme desafio para o nosso povo. Mas só com a coragem e determinação necessárias para essa escolha poderemos recuperar o entusiasmo para um projecto europeu viável. E só com essa escolha poderemos salvar o nosso país. Esta escolha tem de mobilizar todos os que trabalham ou trabalharam, todos os que sofrem e são marginalizados pela política de austeridade. Esse é o nosso país. Esta é a nossa escolha.

I. UMA EUROPA EM CRISE

As eleições europeias de 2014 vão realizar-se no contexto da maior crise que a Europa enfrentou desde o pós-guerra. Esta crise denuncia fragilidades graves na arquitectura institucional da União e, em particular, da zona Euro. Denuncia também uma eurocracia dominada pela ortodoxia liberal, politicamente incapaz e absolutamente insensível às instituições democráticas, nacionais ou europeias.

A resposta europeia à crise foi primeiro tímida e lenta, com um pacote anticíclico grosseiramente aquém das necessidades e total ausência de resposta da política monetária. A consequência foi, mesmo assim, uma forte retoma do crescimento. No entanto, a recessão económica (muito mais do que o pacote anticíclico) provocou um colapso da receita fiscal. Esse colapso, associado ao salvamento de bancos, fez disparar défices e dívidas públicas.

Os aumentos das necessidades externas de financiamento, conjugados com uma dívida externa que se foi acumulando ao longo de anos e com a ausência de soberania monetária, criaram as condições para instalar a desconfiança sobre a capacidade dos países da periferia europeia, como Portugal, para conseguirem refinarçar-se e assegurar o serviço da sua dívida, agravando essas condições de financiamento.

O agravamento deste quadro foi a justificação para a entrada numa segunda fase da resposta europeia, com consequências trágicas e contraproducentes.

1. A crise europeia e o ciclo das troikas

A viragem na política europeia para a lógica da austeridade assentou na ideia de que só depois do ajustamento orçamental se poderia eficazmente promover o crescimento e o emprego. Este artigo de fé puramente ideológico, sem nenhum fundamento na teoria e história económica, tem ocultado um programa político assente na privatização

de empresas e serviços públicos, compressão dos salários e direitos do trabalho e alteração das estruturas de distribuição e tributação dos rendimentos, a favor do capital.

A realidade, no entanto, é que a crise que levou o desemprego a atingir o dobro do máximo histórico anterior à adesão ao Euro não teve nada a ver com um povo que «vive acima das possibilidades» ou com irresponsabilidade orçamental. O problema maior da economia portuguesa foi, desde o final dos anos noventa, a sua progressiva perda de competitividade externa no quadro do Euro e a liberalização comercial e financeira promovida à escala continental pela integração europeia e aceite pelas elites nacionais.

Esta perda de competitividade traduziu-se num crescente desequilíbrio das contas externas, com défices permanentes. O centro europeu, pelo contrário, assistiu a crescentes excedentes externos, sobretudo visíveis no caso da Alemanha. Esta acumulação de défices por parte da economia nacional deu origem a uma das maiores dívidas externas do mundo e impôs uma significativa punção permanente de recursos nacionais que, se nada for feito, se prolongará indefinidamente no futuro.

Dos PECs à Troika

O triunfo da lógica do ajustamento imediato deu origem ao que ficou conhecido como os PEC, durante o Governo Sócrates. Os efeitos recessivos destes pacotes prejudicaram a economia e, dessa forma, o ajustamento orçamental. Perante sucessivos falhanços no cumprimento das metas, novos pacotes de medidas de austeridade surgiram, numa espiral interminável. A ideia, veiculada pelo Partido Socialista, de que esta lógica poderia ter terminado no PEC 4 é absurda e completamente contraditória com a realidade dos factos, quer até aí, quer depois da assinatura do memorando de entendimento. Esse memorando mais não foi do que a reabilitação do PEC 4, como o próprio PS, aliás, na altura correctamente assinalou.

A direita, depois de viabilizar estes pacotes de austeridade, associou-se às pressões que vinham de Bruxelas e da banca portuguesa para impor um programa de ajustamento, pressões que se materializaram na decisão do BCE de deixar de aceitar títulos de dívida pública portuguesa como colateral, já depois do chumbo do PEC 4 e antes das eleições legislativas. Assim, PS, PSD e CDS concorreram às eleições de 2011 com o mesmo programa: o memorando da Troika. Esse compromisso era, no entanto, um facto consumado quando os votos entraram nas urnas.

A resposta da austeridade e a estagnação europeia

A resposta europeia à crise seguiu um guião claro e coerente: conceder empréstimos europeus aos Estados que perderam a confiança dos mercados, com a contrapartida de programas de austeridade que têm por objetivo garantir o serviço da dívida pública com o mínimo de perdas dos credores, ao mesmo tempo que a «desvalorização interna» gera uma quebra dos salários conseguida graças ao desemprego e à alteração das regras sociais e laborais.

Os resultados não demoraram a fazer-se sentir. Depois de uma ténue recuperação económica em 2010, Portugal voltou a entrar em recessão em 2011. Em 2012 e 2013, foi o conjunto da Zona Euro que entrou em recessão arrastada pelo alastramento das políticas de austeridade a cada vez mais países. Até a própria Alemanha enfrentou a estagnação, provocada pela perda de dinamismo da procura externa.

Perante a estagnação económica, o BCE, tarde e a más horas, resolveu finalmente baixar as taxas de juro de referência no final de 2011, depois de ter chegado a aumentá-las em plena crise. No entanto, a imposição de cortes na despesa pública, precarização das relações de trabalho e privatizações não abrandaram.

Pelo contrário, as sucessivas derrapagens nas me-

tas do défice e da dívida foram servindo de pretexto para novas e mais graves medidas.

O federalismo realmente existente

A construção europeia sempre evitou o escrutínio democrático, mas o contexto de crise tornou evidente que entrámos numa nova fase. Desde o início deste século que começaram a ser desenhadas as bases para uma União conduzida por um “directório de países” ou, para se ser mais exacto, pela Alemanha. Com o Tratado de Lisboa e com o Tratado Orçamental, essa União torna-se mais consequente. As contradições entre um regime inter-governamental e o reforço de poderes federais não foram resolvidas e as medidas comuns passaram a ser acertadas Estado a Estado. A UE iniciou um caminho que passou a ser marcado por acordos mínimos e fragmentários. A política passou a estar ainda mais arredada do escrutínio popular e multiplicaram-se entidades, organismos e órgãos isentos de qualquer controlo democrático.

O Parlamento Europeu perdeu parte da sua “autonomia” ao tornar-se refém dos governos, e a Comissão Europeia desapareceu sempre que era preciso enfrentar Berlim. Instaurou-se, assim, um quadro institucional e jurídico que tem como finalidade permitir aos mercados funcionar, ao mesmo tempo que se ataca os orçamentos nacionais, os salários e as pensões.

Numa União que não pode funcionar sem a articulação de escalas de decisão, perdeu-se a dimensão da subsidiariedade dos países em domínios tão fundamentais como as políticas orçamentais, ao mesmo tempo que se deve proceder a uma refundação democrática da construção europeia. Não é possível uma Europa dos povos sem democracia e sem responsabilização democrática. As cadeiras mais poderosas da União – as dos governos, no Conselho, e a do BCE – têm de passar a prestar contas directamente aos cidadãos através de um controlo democrático efectivo.

A perda de direitos

Os Pactos de Estabilidade e Crescimento assumiram-se como os instrumentos por excelência de uma guerra aberta contra a despesa social. Os Estados Providência, parte importante da promessa europeia, foram sendo desmantelados. Com a crise, um a um, todos os factores que estiveram na origem do projecto de construção europeia foram substituídos por uma nova lei: o capital rasgou o contrato com o trabalho e assistimos à mais gigantesca transferência dos rendimentos do trabalho para os mercados financeiros. O orçamento europeu perdeu a sua finalidade redistributiva e as regras europeias para a prestação de serviços públicos passaram a estar dependentes de um novo modelo assente em parcerias público-privadas.

Nenhum direito anteriormente consagrado saiu intacto. Os direitos laborais foram sendo aniquilados, assim como os direitos associados às pensões, prestações sociais, saúde ou educação. A instituição da “regra de ouro” congela qualquer possibilidade de restituição desses direitos.

O direito de livre circulação e permanência das cidadãs e dos cidadãos no espaço da União, uma das maiores conquistas da construção europeia, também não ficou imune.

As cláusulas escondidas nos acordos de livre circulação tornaram-se regra, permitindo a expulsão de cidadãos búlgaros ou romenos de França, a expulsão de cidadãos espanhóis ou portugueses da Bélgica ou os contratos realizados no Reino Unido, que oferecem vales de compras aos oficiais de justiça que conseguirem atingir uma quota de expulsão de 70% dos cidadãos estrangeiros cujos processos têm em mãos.

Recuperar o Estado Social, os salários, as pensões, o direito à saúde, à educação e à cultura tornam-se tarefas centrais no combate europeu actual.

2. O I Governo Inconstitucional

Quando ainda estava na oposição, Passos Coelho apresentou ao país um projeto de revisão constitucional que atacava os pilares do Estado social e os direitos do trabalho. Perante o repúdio generalizado da sociedade portuguesa, Passos Coelho recuou e nunca mais falou da sua revisão constitucional, mesmo depois de eleito. A direita passou a apostar na subversão prática das normas da lei fundamental.

Um Governo fora-da-lei

Por essa razão, a direita sempre viu na intervenção da Troika a possibilidade de encontrar uma entidade externa a força para impor, ao arrepio da Constituição, a subversão do sistema democrático, promovendo um ajuste de contas com o 25 de Abril, o Estado social e os direitos do trabalho. O Governo desistiu de rever a Constituição para melhor a subverter, impondo na prática um programa incompatível com a Constituição.

A aplicação do memorando da Troika tem demonstrado a incompatibilidade entre a política de austeridade e a democracia e o texto constitucional. A atuação do Governo na concretização do memorando foi confrontada sistematicamente com as normas da Constituição. Todos os orçamentos do Governo foram chumbados pelo Tribunal Constitucional. A este facto, Governo, Troika e Comissão Europeia responderam com pressões e chantagens sobre o Tribunal Constitucional, procurando responsabilizá-lo pelo fracasso do programa de ajustamento.

A direita revela assim um problema com o próprio Estado de Direito Democrático e com os princípios fundadores do liberalismo político dos séculos XVIII e XIX (princípios da confiança, da proporcionalidade e da igualdade formal). A relação de forças actual é-lhes de tal maneira favorável que tentarão tudo para constitucionalizar limites para o défice, despesa e/ou dívida pública, no sentido de reforçarem a

sua legitimidade e limitarem ao mínimo a capacidade de resposta da classe trabalhadora.

O memorando falhou nos seus próprios termos

Esse fracasso é colossal, qualquer que seja o ângulo e os critérios de análise. A economia portuguesa contraiu-se em mais de 6% em três anos e o desemprego aumentou de 12 para 17,4%. Esta operação de empobrecimento em nada contribuiu para lidar com o problema da dívida. Pelo contrário: em 2011, 2012 e 2013, a dívida aumentou 48,8 mil milhões, o maior aumento da história de Portugal, aumentando 33,8 pontos percentuais do PIB e ultrapassando o limiar de sustentabilidade, tal como este é definido pelo próprio FMI.

Quanto à redução do défice, essa foi marginal e manifestamente aquém dos objetivos estabelecidos no memorando, que foram sendo sucessivamente revistos em alta. Em 2012, foram necessários 4 euros de austeridade para cada euro de redução do défice. Em 2013, essa relação foi de 6 para 1. E por cada euro de austeridade a mais, 1,25 euros a menos de riqueza produzida.

A grande transformação

O facto de a Troika continuar a avaliar positivamente o Governo português e tecer elogios públicos à sua determinação só demonstra que o programa da Troika não tem nada a ver com o ajustamento orçamental, mas sim com uma profunda transformação ao nível das relações sociais. Isso mesmo foi confessado pelo comissário europeu Olli Rehn, numa reunião da comissão de Economia do Parlamento Europeu, quando disse que “o cumprimento das metas não era o mais importante” e que “o que é importante é a implementação das reformas”. Assim é.

O memorando da Troika é um documento profundamente ideológico que representa um projecto de transformação radical da sociedade portuguesa, nos planos económico, social e político. Os pontos

centrais desse projecto são a compressão dos salários e a destruição de direitos do trabalho, a privatização de empresas estratégicas, a destruição dos serviços públicos e do Estado social e a proibição das políticas de pleno emprego. Mesmo que isso signifique o caos nas contas públicas, que é, aliás, o principal instrumento de imposição deste projecto. E mesmo que isso implique um conflito com o regime democrático e constitucional, conflito que se tem tornado cada vez mais evidente ao longo do mandato deste Governo.

A resposta da sociedade

Foram vários os fatores significativos para o desgaste e quase desagregação da coligação de direita: o acentuar da crise económica e social em resultado da execução do programa da troika, as decisões do Tribunal Constitucional, o falhanço de todas as metas orçamentais definidas pelo executivo, a descoordenação do governo, as desconfianças permanentes entre os parceiros da coligação, a incapacidade política e governativa presente em alguns ministérios. Mas, não fosse a intensificação da luta social durante este período “acentuando, ela própria, as contradições no seio do executivo” e todos aqueles fatores se revelariam inócuos face ao poder da hegemonia austeritária.

Esta intensificação traduziu-se nas maiores manifestações que Portugal conheceu depois do 25 de Abril, na Greve Geral de 27 de Junho 2013, mas também em inúmeras greves e mobilizações sectoriais. Da crise política de Julho de 2013, deve retirar-se a conclusão de que a hegemonia austeritária será derrotada quanto maior, mais duradouro e combativo for o movimento social de resistência às suas políticas.

3. A vaga de austeridade que se anuncia

À medida que se aproxima o fim do programa de resgate, o Governo e o Presidente da República intensificam a propaganda que visa convencer os

portugueses de que o “resgate”, pelo simples facto de terminar, representa um tremendo sucesso. A ideia implícita nas celebrações é a de que, com o fim do programa, viria agora o fim, ou pelo menos um alívio, da austeridade. Ideia já desmentida pela própria Troika. Mesmo assim, Passos Coelho vai prometendo um alívio da carga fiscal, mas sempre para anos à frente, nomeadamente depois das eleições.

O futuro “pós-troika” é representado, de modo contraditório, como uma promessa de regresso ao nível de vida que se tinha declarado acima das nossas possibilidades e, simultaneamente, como a imposição do estado de exceção austeritário permanente que o impossibilita definitivamente.

A fraude do regresso aos mercados

Um elemento desta operação de propaganda é a narrativa do regresso aos mercados. O Governo tem celebrado várias operações de regresso aos mercados como provas de que o país reconquistou a confiança dos investidores. Acontece que os investidores apenas estão interessados em saber se o seu retorno está, ou não, garantido. Essa garantia foi dada pelo BCE, mas tem uma condição: a “estrita condicionalidade” que está subjacente ao programa de ajustamento, ou seja, mais medidas de austeridade. Sem a garantia do BCE, não haveria regresso aos mercados nenhum. Portugal estaria completamente insolvente e não se conseguiria financiar a nenhuma taxa de juro.

Programa cautelar: o pior de dois mundos

É por isso que o cenário de um programa cautelar representa o pior de dois mundos. Portugal encontra-se numa situação pior a todos os níveis do que aquela em que se encontrava em 2011. Um programa cautelar significa enfrentar essa situação em piores condições: doses reforçadas de austeridade e juros mais elevados, que agravarão o juro médio e, portanto, o serviço da dívida.

O tratado orçamental é a austeridade para sempre

A estas condições agravadas, somar-se-á uma obrigação ainda mais draconiana: o cumprimento do critério do Tratado Orçamental. Portugal entrará com uma taxa recorde de desemprego numa era de política económica procíclica, em que a única regra legal será a da compressão dos salários. O problema não é que Portugal consiga cumprir o critério do Tratado Orçamental. Esse é um projecto irrealizável. O problema é que a simples tentativa de o atingir terá consequências dramáticas para a sociedade portuguesa.

II. UMA NOVA ESPERANÇA PARA O PROJETO EUROPEU

A crise europeia é uma crise económica e política, mas é também uma crise de entusiasmo. Hoje, são cada vez mais os cidadãos europeus que, por razões menos diferentes do que imaginam, olham o projecto europeu com desconfiança ou desalento. A extrema-direita cresce por toda a Europa, somando à sua agenda xenófoba uma agenda social que preenche o mais grave vazio da construção europeia, explorando as consequências sociais do seu enviesamento liberal.

1. Refundar o projeto europeu

Assim, a esquerda europeísta tem de ter um projecto para a refundação da Europa e, talvez o mais difícil, voltar a gerar em torno desse projecto a confiança que a eurocracia desbaratou, provocando uma revolução cidadã, que supere o bloqueio institucional criado por tratados blindados. O Bloco integra-se no Partido da Esquerda Europeia e subscreve a sua resolução porque quer fazer parte de uma esquerda plural que construa uma rede europeia contra a austeridade.

Referendo ao Tratado orçamental

O tratado de Lisboa é o exemplo mais completo

desse bloqueio institucional. Mais do que abrir portas, como afirmavam os seus defensores, o Tratado de Lisboa cristalizou alguns dos traços mais importantes do enviesamento liberal da construção europeia. Em muitos casos, a regra da unanimidade tornou muitas das disposições mais danosas simplesmente inalteráveis. É por isso que uma nova esperança para o projecto europeu tem de partir da rejeição destes tratados e da definição de um calendário para uma refundação europeia. É uma tarefa hercúlea porque estes tratados foram aprovados por um enorme arco político, que vai dos Conservadores aos Verdes, passando por Liberais, PPE e Socialistas. Por isso, defendemos um referendo ao Tratado Orçamental, que oponha a este grande consenso institucional a voz das vítimas dessa política.

Uma Europa dos cidadãos tem de ser feita pelos cidadãos

Esse calendário deve ter como objectivo um desenho das instituições europeias que permita concretizar a promessa de um modelo social europeu e uma cooperação económica que sejam um motor de desenvolvimento e convergência. Este processo deve ser em tudo o contrário do que foi a integração europeia até hoje. Deve ser conduzido pelas instituições democráticas existentes na União, em particular os Parlamentos Europeu e nacionais. E deve ser alvo de debate e referendo em todos os Estados-membros. A integração deve ser pensada e escolhida pelos cidadãos e não um processo que lhes exige a maior passividade possível.

Crescimento e Emprego em vez da Punição das Periferias

No centro dessa nova arquitectura deve estar um novo conjunto de regras, que cumpra as promessas que o actual Pacto de Estabilidade e Crescimento continua a quebrar. Ainda antes da crise financeira, a zona Euro e, em particular, a periferia já se encontrava em estagnação económica. E, já nessa altura, as pressões para as famosas “reformas estruturais”

se fazia sentir. Depois da crise financeira, e quase seis anos volvidos, a Europa continua em crise e a perspectiva de uma retoma só parece existir nos discursos de eurocratas tão autocomplacentes como desligados da realidade. O Pacto de Estabilidade e Crescimento não produziu nem estabilidade nem crescimento.

Um novo paradigma político implica outras escolhas. Em vez da lógica de punição das economias periféricas, deve prevalecer a penalização dos excedentes externos das economias do centro. Esses excedentes são a grande causa da divergência europeia. Além disso, a gestão da política orçamental dos Estados-membros deve centrar-se na sustentabilidade das suas dívidas e não em défices pontuais. Até por isso, as despesas de investimento devem, ser excluídas do cálculo dos últimos, para proteger a implementação de políticas anti-crise.

2. Democracia contra a eurocracia

A União Europeia é uma construção política peculiar, na medida em que se desenvolveu como uma união não-democrática de Estados democráticos.

A concentração de poderes em entidades que se furtam ao escrutínio das instituições democráticas e a transferência de decisões políticas para a esfera da “técnica” gerou um poder europeu invisível, que se sobrepõe às instâncias democráticas, nacionais e europeias.

Não por acaso, o Parlamento Europeu, a única instituição democrática e que responde perante os cidadãos europeus, tem grandes restrições aos seus poderes inscritas no Tratado de Lisboa e tem sido alvo de sistemáticas tentativas de marginalização. Ainda assim, e em vários momentos, o Parlamento assumiu um papel importante, como aconteceu com a rejeição do ACTA, um acordo contra a contrafacção, promovido pelos EUA e pelas multinacionais, ou o com o relatório da Marisa Matias sobre a actividade do BCE em 2012, o primeiro relatório crítico sobre a actuação do BCE alguma vez aprova-

do por uma instituição europeia.

Nos meandros de instituições pouco transparentes, o Parlamento Europeu é a voz mais forte da democracia. Por isso, defendemos o seu papel central, nomeadamente a introdução da capacidade de iniciativa legislativa. A participação nas eleições europeias é um momento importante para conseguir essa centralidade e reforçar a exigência democrática e cidadã na Europa.

Alterar os estatutos do BCE

O BCE é provavelmente o exemplo mais flagrante, quer do enviesamento liberal, quer do défice democrático, quer ainda da concentração de poderes na União Europeia. O BCE acumula a actividade normal de autoridade monetária com a participação na definição de “recomendações” e a elaboração de programas de ajustamento e, mais recentemente, a supervisão do sistema financeiro. Apesar de ser, indiscutivelmente uma das instituições mais poderosas do Mundo, o BCE continua a gozar de absoluta discricionariedade em relação ao Parlamento Europeu eleito.

Acresce que os estatutos do BCE consagram a estabilidade de preços como objectivo central, para não dizer único, da acção do BCE. Isso significa que a UE tem um banco central obcecado. Ao contrário da FED e de muitos outros congéneres, o BCE não tem o crescimento ou emprego como critérios de actuação com o mesmo estatuto. Em resumo, o BCE detém poderes ímpares mas não responde pelas consequências do exercício desses poderes.

Extinguir as troikas

Com a viragem para a austeridade e a lógica de punição das periferias, surgiu um novo tipo de entidade a partir da Comissão Europeia, o BCE e o FMI, sendo esta última instituição totalmente alheia ao quadro institucional europeu.

Desde então as troikas desenharam programas de Governo, planos de reformas que se estendem por décadas, chantagearam Governos democráticos e fi-

zaram ultimatatos. Estas comissões ad-hoc brotaram de instituições existentes e funcionam literalmente como juntas coloniais, impondo políticas tão cegas como desastrosas. O grau de escrutínio destas entidades é tão reduzido e a sua arbitrariedade institucional tão grotesca, que a única solução sensata é a sua extinção e substituição por instituições com legitimidade fundada no direito da União, transparência total e rigoroso controlo pelos parlamento nacionais e europeu.

Rejeitar o Tratado Transatlântico e a submissão à NATO

No quadro dos Tratados actualmente em negociação no quadro da União, o Tratado Transatlântico, que está a ser negociado entre a Comissão Europeia (com mandato do Conselho) e os EUA, é crucial. Com ele procura constituir-se a maior zona de livre comércio do mundo. As negociações em curso estão envolvidas num considerável secretismo, longe do escrutínio público dos dois lados do Atlântico.

A liberalização do mercado e a competição entre a UE e os EUA que ao capital aparece como uma oportunidade de negócio e de “crescimento” económico terá, se vier a ser aprovado, consequências catastróficas do ponto de vista salarial, social e ambiental, assim como no desmantelamento dos serviços públicos ainda existentes. Na realidade, a Europa poderá vir a sofrer uma perda substantiva de direitos e de protecção social e ambiental, e mesmo grandes perdas de postos de trabalho. O tratado transatlântico é a expressão económica da submissão da UE aos EUA e é a outra face da submissão à NATO. Recusar este Tratado é recusar essa submissão e constitui a única opção para a salvaguarda de direitos e a reorientação das políticas para a criação de emprego.

Uma comunidade de Estados soberanos

Para além das troikas, assistimos no período de crise a uma verdadeira reconfiguração do papel dos Estados no quadro das instituições europeias. A

Alemanha assumiu plenas funções e a Comissão Europeia transformou-se num mero *pivot*, desdobrando-se em tentativas de acordos que minam de forma permanente o projecto europeu. Os acordos inter-governamentais, os acordos internacionais e os acordos de associação entre regiões e países do mundo têm sido um instrumento precioso no projecto de ajustamento das relações sociais que está em curso.

Proteger os cidadãos europeus

Fazer dos cidadãos e dos cidadãos europeus reféns desta estratégia é uma parte do plano que passou pela aprovação de acordos como o PNR, que fornece à Agência de Segurança Norte-americana os dados relativos a todos os passageiros de voos comerciais, ou a tentativa de aprovação de acordos como o ACTA ou o SWIFT, este último destinado a fornecer às autoridades norte-americanas o registo de todas as transacções bancárias efectuadas no espaço da União ao arrepio de todos os direitos consagrados sobre confidencialidade e protecção de dados. O recente escândalo em torno da espionagem efectuada pelos Estados Unidos aos países europeus foi o exemplo mais grave e flagrante. A protecção dos cidadãos e dos cidadãos exige uma posição de intransigência da UE na defesa dos dados pessoais.

3. Parar a crise da dívida

A crise do Euro e da UE tem sido incorrectamente designada como crise das dívidas soberanas. Na realidade, a crise do Euro está relacionada com os níveis de endividamento externo engendrados pela inserção de economias frágeis numa união monetária mal construída. A crise financeira apenas despoletou um processo de socialização das perdas do sector bancário, bem como uma recessão agravada pelo processo de ajustamento dos seus balanços. O que foi, na origem, um problema de dívida externa, só depois se tornou um problema de dívida pública. No entanto, hoje esse problema existe e a solução

da austeridade já mostrou que não o é.

Mutualização e reestruturação

A solução urgente é a reestruturação da dívida das economias periféricas. Esta reestruturação deve ser em tudo diferente da reestruturação grega, incidindo sobre todo o sector financeiro mas também sobre os credores institucionais que, entretanto, assumiram grande parte dos montantes, substituindo e salvando os credores privados. Essa reestruturação deve devolver o endividamento dessas economias a uma trajectória de sustentabilidade, actuando sobre montantes, prazos e juros.

Por outro lado, a UE deve passar a ter instrumentos próprios de gestão de dívida que representem um recurso dos Estados-membros, mas beneficiem dos custos de financiamento que um espaço como a União Europeia pode proporcionar e de que tem beneficiado a banca privada. Isto permitiria que todos os Estados membros assumissem solidariamente os custos da dívida pública, libertando as economias periféricas da pressão a que foram submetidas na sequência da crise financeira.

Programa europeu de pleno emprego

No plano estrutural, a UE tem de fazer da criação do emprego o centro de todas as políticas, também por causa da crise das dívidas. O principal fardo com que têm de se confrontar as economias periféricas, do ponto de vista da sustentabilidade orçamental, é o impacto do desemprego enquanto perda de receita fiscal e fonte de despesa social. Se a UE não estivesse tão empenhada em destruir os sistemas de prestações sociais que asseguram, ou deviam assegurar, níveis mínimos de dignidade aos seus cidadãos, talvez constatasse que uma forma de reduzir a despesa com apoios sociais é reduzir o número de cidadãos que a eles são forçados a recorrer.

Fim da competição Fiscal

Por outro lado, a sustentabilidade orçamental exige uma rejeição completa do escândalo fiscal que vi-

gora na UE. Enquanto os programas de austeridade carregam sobre salários e pensões com novas vagas de aumentos de impostos, a tributação dos rendimentos do capital, e em particular das grandes empresas e do sector financeiro desce a pique graças à redução de taxas, à concorrência fiscal, aos paraísos fiscais, etc.

A definição de mínimos europeus para a tributação de todos os rendimentos do capital (lucros, dividendos, etc.) é a única forma de travar a dinâmica da concorrência fiscal no espaço europeu, que tende para a tributação zero do capital, com prejuízo para os Estados e para os rendimentos do trabalho.

4. Uma Europa feita de convergência

O principal falhanço da promessa europeia é o da convergência. Do projecto de uma cooperação entre Estados sobre hoje uma Europa fracturada, em que crescem egoísmos nacionais e uma concorrência desenfreada que carrega sobre salários e empobrece a Europa no seu conjunto. A criação do Euro não forneceu o crescimento que anunciava, a crise financeira lançou a UE numa recessão da qual tarda em sair e os instrumentos para uma resposta europeia continuam a ser poucos e mal utilizados.

Um orçamento reforçado e redistributivo

Um instrumento fundamental de desenvolvimento e convergência é o orçamento. Esse instrumento, na UE, é praticamente inexistente, tal é a irrelevância do orçamento comunitário. Essa é uma das razões pelas quais a resposta inicial da UE à crise financeira foi tão débil e desgarrada. Os meios orçamentais da UE são irrelevantes e uma resposta assente em 28 orçamentos nacionais levanta problemas de coordenação e falta de solidariedade.

É frequentemente afirmado que um aumento das transferências que funcionasse como uma forma de redistribuição seria inaceitável nas economias mais

ricas. No entanto, as possibilidades que abriria um orçamento drasticamente reforçado poderiam ser surpreendentemente mobilizadoras. Nomeadamente, a possibilidade de desenvolver uma estratégia de desenvolvimento europeia, na área dos serviços públicos, transportes, ambiente, energia, etc. A redistribuição de recursos far-se-ia através de instituições que gozam de enorme reconhecimento.

O regresso da política de coesão

À política sancionatória imposta pelo pacote da “governança económica” aos países deficitários, veio juntar-se recentemente um novo pacote de sanções associadas à possível perda de fundos estruturais e fundos de coesão em resultado do incumprimento das metas inscritas nos Tratados para o défice e para a dívida. Esta medida, decidida sem que nenhuma medida efectiva de combate aos desequilíbrios macroeconómicos tenha sido posta em prática, vem reforçar a divergência e punir duplamente os países em dificuldades pelo mesmo “crime”.

A política de coesão, que deveria compensar os desequilíbrios gerados nas balanças comerciais e impedir ou minimizar o desaparecimento de sectores produtivos estruturais nas economias mais frágeis, não sobreviverá a uma lógica de condicionalidade permanente. Impõe-se uma política de coesão que estabeleça padrões mínimos de dignidade e de justiça social no espaço europeu, evitando a destruição das economias mais frágeis, e recuperando o papel redistributivo do orçamento europeu.

Ainda no plano estrutural, a UE deverá adotar uma nova política agrícola, inspirada em valores de justiça social, territorial e ambiental, que coloquem no centro o direito de todas as pessoas a uma alimentação digna e de qualidade e a um rendimento para os agricultores que seja atractivo para a sua fixação.

5. Controlo público sobre a banca

Na sequência da crise financeira, todos os respon-

sáveis europeus e mundiais se multiplicaram em declarações promissoras sobre os passos firmes que seriam dados para meter a finança na ordem. Seis anos depois da crise financeira, continua quase tudo por fazer e as promessas extinguiram-se. Pequenas coisas mudaram para que tudo ficasse na mesma e na UE, como no resto do mundo, já se está a trabalhar para a próxima crise financeira.

Extinção de offshores

Um pouco por toda a Europa, a existência de cada paraíso fiscal é justificada pela existência dos restantes. Pelo menos, dentro do espaço comunitário, esse problema pode ser resolvido através da proibição de zonas de privilégio fiscal.

Essa proibição cumpre ainda um papel central no combate à criminalidade financeira.

Reintroduzir controlos de capitais

A criação de um espaço financeiro regulado na UE obrigaria à instituição de controlos de capitais nas suas fronteiras que, em conexão com um imposto sobre transacções financeiras, abrandassem os fluxos de capitais, minorando o efeito de contágio de futuras crises financeiras.

6. Um novo modelo social europeu

A crise poderia ter sido a oportunidade para um novo Contrato Social. Pelo contrário, afirmou-se como a oportunidade de restaurar os lucros do sistema financeiro e um instrumento de destruição do que restava do modelo social europeu.

Política salarial: do dumping social ao nivelamento por cima

A protecção do trabalho está no centro de todos os direitos sociais. Não por acaso, o desmantelamento dessa protecção e a repressão salarial tem sido o centro das políticas europeias, em particular no que diz respeito às economias periféricas.

À estagnação dos salários na Alemanha, exigem

as troikas que as economias periféricas respondam com a redução real dos seus salários, apresentada como único caminho para o reequilíbrio das suas balanças correntes. Como é evidente, esta dinâmica não tem fim e o seu único resultado é deprimir ainda mais a economia europeia.

Uma política salarial na Europa pode, pelo contrário, ser um dos motores para a recuperação económica, se os desequilíbrios entre e dentro dos estados membros forem corrigidos através de aumentos salariais no centro, por um lado, e fixação de salários mínimos que acompanhem os salários médios. Políticas europeias activas que pressionem o aumento dos salários permitirão responder aos problemas de coesão, quer entre os Estados, quer dentro deles.

Carta dos Direitos das cidadãos e dos cidadãos europeus

Uma das faces mais visíveis da crise que vivemos é o ataque permanente aos direitos fundamentais. Numa União que impõe sistematicamente normas punitivas, associadas às competências da União, tem fazer-se equivaler um catálogo de direitos fundamentais que regem o seu exercício. Por essa razão, os direitos fundamentais devem ser efectivamente vinculativos para todos os órgãos executivos, legislativos e jurisdicionais da UE, centrando-se em padrões de dignidade social, nos direitos sociais, nos direitos de sustentabilidade ecológica (direito ao ambiente, direito à água), direitos relacionados com as diferenças étnicas, direitos de defesa dos consumidores, e, por maioria de razão, direitos de cidadania europeia, inclusão de imigrantes, refugiados e asilados. Uma Europa que seja de todos e de todas, onde não haja cidadãos invisíveis, onde às pessoas portadoras de deficiência não sejam negados os direitos básicos como a educação, o trabalho, a habitação ou a mobilidade. A aplicação desta Carta não substitui as Constituições dos países, mas é incompatível com a Europa fortaleza e com a existência de todas as 'Lampedusas'.

Garantir os direitos das minorias e a igualdade

As eleições europeias ocorrem num contexto de crise sem precedentes. A crise económica que flagela a Europa é a crise do modelo político que a sustenta. A crise económica é a crise da política. A crise da política é a crise da democracia. Porém, o debate sobre esta crise e as respostas que são necessárias para a enfrentar estão hegemonicamente situados no campo da economia. O que, por vezes, tende a fazer esquecer ou relegar para segundo plano os outros temas do debate sobre as várias faces e consequências desta crise.

O crescimento da extrema-direita em toda a parte na Europa, o regresso ao racismo de estado com as galopantes ciganofobia, islamofobia e negrofobia, a criminalização da imigração o genocídio nas fronteiras marítimas e os cárceres dos centros de detenção, são uma das faces visíveis da crise da política e da democracia europeias. Na Europa vivem mais de vinte milhões de cidadãs e cidadãos estrangeiros que partilham todas as responsabilidades e contributos da sua construção e todos os sacrifícios na luta contra a austeridade. São cidadãs e cidadãos que, pese embora imputáveis a todos os títulos, continuam afastados do espaço e da expressão da cidadania. Para além da discriminação, do racismo e das violências físicas e simbólicas de que são quotidianamente vítimas, são ainda excluídos do exercício básico da cidadania, não podendo votar nem ser eleitos.

A par da ortodoxia liberal, uma onda conservadora está a varrer a Europa.

Assistimos, em muitos países, a um retrocesso de décadas. No Estado Espanhol procura alterar-se a lei da interrupção voluntária da gravidez para punir as mulheres e recuar nos direitos sexuais e reprodutivos; na Hungria, assistimos à aprovação de uma Constituição que consagra o modelo de família “aceitável” e que devolve a desigualdade de género como padrão social dominante; em vários países

europeus proíbem-se ou desaconselham-se as lutas pelos direitos lgbt; em França, famílias ciganas são expulsas do país apesar de cumprirem todos os critérios para aí permanecerem; um pouco por toda a Europa, multiplicam-se bolsas de trabalho escravo.

A Europa aberta contra a perseguição e a exclusão

A direita “higiénica” e a social-democracia capitularam perante a extrema-direita ao transformar as minorias étnicas nos bodes expiatórios da crise. A direita alia-se à extrema-direita na perseguição às minorias étnicas e a social democracia — a pretexto de combatê-la —, recupera e higieniza a sua retórica racista, dando assim credibilidade e legitimidade social ao racismo. Perante isto, nestas eleições europeias, a responsabilidade da esquerda em geral, e do Bloco de Esquerda em particular, de travar a luta contra o fascismo e o racismo é maior e indispensável.

Defendemos, por isso, o direito de voto dos imigrantes, a regularização de todos os imigrantes indocumentados; a retirada de Portugal da Frontex; o fecho dos centros de detenção, a revogação da Diretiva de Retorno; a alteração das diretivas do reagrupamento familiar, do trabalho e da “raça”; o fim do EUROSUR – o mais recente Programa de “deteção” de imigrantes que procuram chegar à Europa, e de todos os programas que, integrados no SIS (Sistema Integrado de Schengen) ou no RABIT (Rapid Borders Intervention Teams), entre outros, são utilizados como autênticos instrumentos de perseguição aos imigrantes.

Os nossos inimigos não são os pobres, as mulheres, as minorias étnicas ou a comunidade lgbt. A austeridade agravou a desigualdade.

III. DEFENDER O NOSSO PAÍS

O combate da esquerda europeísta por uma outra União não é contraditório, antes pelo contrário, com a defesa de Portugal, nomeadamente de todos

aqueles e aquelas que neste país vivem, que trabalham, trabalharam ou perderam o seu trabalho, que têm sofrido todos os ataques da política de austeridade. Se uma nova esperança para Europa faz sentido, ela só poderá nascer da desobediência por parte dos países que estão a ser destruídos. Só perante esse confronto poderão as elites europeias ser forçadas a abdicar da utopia liberal que tem inspirado a construção europeia até hoje. Essa desobediência deve expressar-se numa resposta directa aos problemas mais graves da economia e da sociedade portuguesa. Uma resposta assente nos poderes democráticos do nosso país e imposta em sua defesa. Uma desobediência que parte da primeira obrigação do Estado português e de qualquer Governo: cumprir a Constituição.

Trata-se, portanto, de elaborar um programa de libertação que envie um forte sinal de desobediência democrática à UE e às suas imposições, recusando de forma intransigente quaisquer perdas de soberania e, pelo contrário, apostando na reconquista de instrumentos de política entretanto perdidos.

1. Romper com a austeridade

O problema fundamental do país é a austeridade. Foi a austeridade que lançou o país num ciclo vicioso em que recessão, desemprego, empobrecimento, endividamento se reforçam mutuamente. A única forma de inverter estas dinâmicas é aplicar uma política completamente diferente. Não basta suavizar a austeridade. É preciso fazer o seu contrário: uma política centrada no desenvolvimento e na criação de emprego.

Essa escolha divide as águas. Hoje, mesmo correndo algum risco de simplificar em demasia, pode dizer-se que a vida política se divide entre os que estão a favor da austeridade (com todos os seus matizes e cambiantes) e os que estão contra.

Frente europeia contra a austeridade

A complexidade da situação actual resulta da ne-

cessidade de articular a desobediência em relação às orientações da União Europeia em Portugal com processos semelhantes promovidos por outras forças políticas e sociais noutros países.

Essa articulação é importante porque qualquer tentativa, desejável, de restabelecer o controlo nacional de instrumentos básicos da política económica e social que permitam defender o Estado Social e os direitos dos trabalhadores de qualquer país, converter-se-á rapidamente num problema de dimensão europeia e internacional que poderá contribuir para relançar o movimento de massas e subverter os arranjos institucionais existentes.

Por isso e para isso, o Bloco tem promovido e continuará a promover um diálogo activo com as organizações do Partido da Esquerda Europeia e do Grupo da Esquerda Unitária — Esquerda Verde Nórdica, mas também com todas as organizações da esquerda europeia, nomeadamente as que integraram o encontro das esquerdas anti-capitalistas organizado pelo Bloco em Portugal, as esquerdas nacionalistas do Estado espanhol, etc. As lutas das esquerdas em defesa dos povos dos seus países alimentam-se mutuamente e partilham objectivos precisos.

Inverter a desigualdade fiscal

Ao longo dos últimos três anos, o memorando agravou os piores traços do sistema fiscal português, tornando-o ainda menos redistributivo. Com o aumento do IVA, aumento do IRS, redução do IRC, amnistias fiscais, agravou-se a carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho e aumentaram as facilidades para as grandes empresas e sector financeiro. Uma política que inverta o ciclo de austeridade terá de começar pela justiça fiscal, indo buscar recursos onde eles efectivamente existem.

Investimento público contra o atraso

O elemento central de uma política económica anti-austeritária é um programa de investimento público que responda simultaneamente à crise do emprego

e às debilidades estruturais da nossa economia, nomeadamente as que mais contribuem para o nosso endividamento externo. Sectores como o dos transportes, das energias renováveis, da reabilitação urbana ou da agricultura são estratégicos para a concretização destes objectivos.

Pôr o sistema financeiro e os sectores estratégicos ao serviço da sociedade

Desde a crise financeira, os contribuintes portugueses pagaram dezenas de milhares de milhões de euros para recapitalizar a banca portuguesa. Em troca, a banca especulou contra a dívida portuguesa e secou o crédito à economia real, agravando a recessão e a situação das contas públicas. A imensidão de recursos públicos despejados no sector financeiro tem de ter retorno para o país. Por isso, defendemos a nacionalização da banca intervencionada e políticas de crédito que funcionem como motor de arranque para a economia. Da mesma forma, o Estado português terá de recuperar e pôr ao serviço da recuperação económica sectores estratégicos que foram subtraídos ao interesse público.

2. O insustentável peso da dívida

Romper com a política de austeridade significa, obviamente, encontrar os recursos que permitam financiar políticas contracíclicas. A política fiscal e o controlo do sector financeiro e outros sectores estratégicos é importante mas a dimensão do esforço orçamental necessário obriga a uma redução drástica do serviço da dívida.

O maior aumento de sempre no peso da dívida

Este Governo, que se propunha sanear as contas públicas, foi o responsável pelo maior aumento de sempre da dívida em percentagem do PIB. Mas igualmente significativo será o aumento do serviço da dívida que se seguirá ao programa de ajustamento, com o inevitável aumento das taxas de juro. É por isso que o PS, ao recusar uma reestruturação

da dívida conduzida pelo nosso país, não pode prometer o fim da austeridade. A dívida e a ameaça do corte de financiamento externo são neste momento usados pela Troika para forçar uma alteração profunda na sociedade portuguesa. É cada vez mais necessário inverter esta lógica, colocando a iniciativa do lado do devedor, empunhando a única arma que está ao seu alcance: a ameaça de suspensão dos pagamentos se os credores não aceitarem uma renegociação profunda da dívida.

Uma reestruturação para salvar o país

Essa reestruturação da dívida tem de ser o contrário do que foi a reestruturação grega, que não tocou nos credores institucionais e serviu essencialmente para manter a economia grega ligada ao ventilador enquanto a política de austeridade a continuava a destruir. Uma reestruturação conduzida pelo devedor, pelo contrário, terá de penalizar as instituições da troika, para que estas assumam os custos da política desastrosa que impuseram ao nosso país.

Os objectivos dessa reestruturação devem incluir uma redução do montante global para um nível abaixo do limite de cumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento (60% do PIB) e a introdução de um período de carência, durante o qual o serviço da dívida será suspenso.

Criar emprego antes de pagar

Esse período de carência deve depender da recuperação da capacidade da economia portuguesa para fazer face ao serviço da dívida. Sendo o desemprego o problema mais grave das contas públicas, um acordo de reestruturação da dívida deverá estipular que o período de carência só terminará quando a economia portuguesa voltar a crescer acima dos 2% reais, sendo a reintrodução do serviço da dívida definida em função das taxas de crescimento a partir desse momento. Primeiro recuperar a economia. Depois, pagar a dívida reestruturada.

3. Cumprir a Constituição

Todos os Governos que tomam em posse em Portugal juram cumprir a sua Constituição. O respeito pelos direitos constitucionais dos cidadãos é a primeira obrigação do nosso Governo e de todos os eleitos no nosso regime democrático.

Esse compromisso deve, portanto, sobrepôr-se a quaisquer outros. É por isso que esta candidatura afirma que só quem escolha clara e consequentemente a defesa dos direitos consagrados na constituição, acima de quaisquer outros interesses, poderá afirmar que defende o seu país e representa a esquerda.

O buraco da privatização

A privatização de sectores estratégicos e o desmantelamento progressivo dos sectores da saúde e da educação não resolveram nenhum problema de défice ou despesa. Não há menos Estado, mais barato ou mais eficiente, mas apenas um Estado que transfere mais dinheiro para as rendas privadas e reduz dramaticamente a igualdade no acesso aos cuidados de saúde e a igualdade de oportunidades no acesso à educação. Na saúde pública, estão apenas a ser deixadas as unidades que os interesses privados desdenham por não verem como bom negócio. A educação, com propostas como a do cheque-ensino, está a converter-se na maior PPP que Portugal conheceu.

A inversão deste ciclo é a aposta na modernização dos serviços públicos enquanto factor de coesão e desenvolvimento e a recusa de qualquer estratégia para o seu desmantelamento e privatização. Significa também defender a universalidade dos serviços públicos, porque um Estado social para pobres é, por definição, um pobre Estado social.

Proteger as pessoas e recuperar e reforçar os direitos

Salvar a Europa e salvar o país, é disso que se trata. A pobreza, a miséria e a fome regressaram ao país

em níveis que pensávamos pertencerem ao passado.

Habitação, saúde, educação, alimentação, cultura, uma vida digna são os direitos que qualquer Estado deve aos seus cidadãos.

Em três anos de país intervencionado, vimos sair de Portugal um número de cidadãos só comparável às décadas de 1950 e de 1960. Cidadãos e cidadãs que foram forçados a emigrar por não encontrarem possibilidade de futuro no nosso país e desencadeando um processo de declínio demográfico.

Estes cidadãos são os primeiros credores. Recuperar direitos implica, por isso, recuperar o Estado Social. É o Estado Social que protege quem precisa. É o Estado Social que garante democracia e dignidade.

Nem mais um sacrifício pelo Euro

Defender o país significa para o Bloco defender quem trabalha, quem perdeu o trabalho, quem trabalha em condições precárias, quem trabalhou e vê as sua pensões atacada, quem mais sofre com a austeridade. Todos aqueles que não tiveram responsabilidades na crise mas são chamados a pagá-la. Defender o país exige duas condições centrais: recusar a austeridade e reestruturar a dívida.

Estes objectivos colocarão o país em confronto com as instituições europeias e quem o fizer terá de estar pronto. Pronto para todos os cenários que decorram desse confronto. Pronto para recusar a submissão e a destruição do país.

As tarefas a que nos propomos são, por isso, extraordinariamente difíceis. Quer a transformação das instituições europeias, quer a defesa do país exigem uma determinação e mobilização a que só uma enorme aliança social e política poderá dar resposta. Essa alternativa exige uma esquerda que esteja pronta para rejeitar a austeridade e enfrentar todas as consequências dessa recusa. Exige uma esquerda capaz de desobedecer. O Bloco quer fazer parte dessa esquerda.

Estamos prontos.